



Trabalho, Educação e Saúde

ISSN: 1678-1007

ISSN: 1981-7746

Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio

Silva, Ana Paula Procopio da
Mulher negra na Encruzilhada: a 'não ser' que é e fala
Trabalho, Educação e Saúde, vol. 21, 2023, pp. 1-6
Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2619>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406774270028>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



Trabalho, Educação e Saúde

Mulher negra na Encruzilhada: a 'não ser' que é e fala

PASSOS, Rachel G. *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. São Paulo: HUCITEC, 2023.

Ana Paula Procopio da Silva¹ 

Tava durumindo, Cangoma me chamou
Tava durumindo, Cangoma me chamou
Disse: levanta povo, cativo já acabou
Disse: levanta povo, cativo já acabou
Clementina de Jesus

O livro de Rachel Gouveia é para ser lido por todas as pessoas interessadas em construir bases antirracistas e antissexistas de cuidado na atenção psicossocial, mas sendo eu uma mulher negra, compreendo a sua leitura como uma estratégia aquilombada de saúde mental.

É uma obra 'nós por nós'. Não apenas por se tratar de uma intelectual negra revisitando criticamente a construção racista da psiquiatria e os motivos socioeconômicos para continuidade de sua hegemonia na atualidade, mas porque aponta que sim, nós somos capazes de desvendar para nós mesmas que o sofrimento que nos atormenta diuturnamente não é castigo, nem constituinte obrigatório de nossa existência. Ele tem origem histórica e funcionalidade para a manutenção do sistema exploratório e opressivo em que vivemos e, portanto, relaciona-se com as condições concretas das vidas negras, especialmente aquelas que estão sob o terror constante da 'guerra às drogas'; indicando,

RESENHA

<https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2619>

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, Brasil.
procopio.anapaula@gmail.com

Como citar: SILVA, Ana P. P. Mulher negra na Encruzilhada: a 'não ser' que é e fala. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 21, 2023, e02619236. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2619>

Recebido: 17/09/2023
Aprovado: 23/10/2023



portanto, a possibilidade de um importante enfrentamento subjetivo contra as internalizações da branquitude acerca do que somos e de quem podemos ser.

A violência histórico-estrutural exposta pela autora está sistematizada numa perspectiva que interpretamos como totalidade interseccional crítica, em que as dimensões teórico-metodológicas abordadas através de categorias como racismo, gênero, cuidado, trabalho, colonialidade não diluem a concretude dos processos de perda e luto relatadas pelas mulheres negras moradoras de favelas do município do Rio de Janeiro, cujos filhos foram assassinados pelo Estado. Isso porque o luto e a perda são, ao mesmo tempo, manifestações singulares da existência de cada sujeita entrevistada e expressões concretas da Diáspora Negra, um acontecimento histórico de magnitude mundial cuja reverberação silenciada nos livros é banalizada cotidianamente na mídia.

Colônia, Império, senhores, capitães do mato, República, polícia, tráfico, milícia... Antes e agora o que está sendo roubado de nós é o nosso tempo de vida, tudo de nós fica para o trabalho explorado e para o sofrimento gerado pela condição de escravização objetiva e simbólica, nos colocando em permanente estado de desespero pela vívida sensação de que não nos pertencemos, de que não teremos nunca o direito de nos pertencer. Mas que ao mesmo tempo convoca para a raiva contra a naturalização da violência, nos termos de Audre Lorde. “Mulheres que reagem ao racismo são mulheres que reagem à raiva; a raiva da exclusão, do privilégio que não é questionado, das distorções raciais, do silêncio, dos maus-tratos, dos estereótipos, da postura defensiva, do mau julgamento, da traição e da cooptação” (Lorde, 2019, p.155).

Nós, sendo mulheres negras estamos na encruzilhada, lugar em que encontramos com nós mesmas e com todas as outras/mesmas singulares. Romper raivosamente com a ideia moderna de outra/outro é parte do processo de ultrapassar o desespero individual, sem perder a singularidade do sofrimento, na compreensão da diversidade do que nos é comum. Algo possível no cuidado coletivo, compartilhado, que subverte a prescrição de isolamento como resposta de saúde. “Pessoas são o remédio para as pessoas”¹ (Vieira, 2022, p. 84).

A sociedade brasileira nunca foi cordial. A sua origem provém do conflito criado no sistema colonial de desumanização das pessoas negras, como justificativa para a sua mercadorização e exploração do seu trabalho como escravizadas. Uma ideologia bem construída para fins práticos. No Brasil contemporâneo a ideia de propriedade das coisas estendida às pessoas não existe mais como uma forma jurídica e legalizada, porém a forma simbólica de coisificação persiste na ultra precarização do trabalho, que submete trabalhadoras/es negras/es/os à superexploração. É nas piores condições de trabalho que majoritariamente estão submetidas as mulheres negras. Nessa direção, é a realidade concreta o que impele às reflexões que articulam o gênero e, mais precisamente, a subalternização da mulher negra na sociedade capitalista.

Na sucessão do escravismo para o capitalismo dependente a racionalização sobre as mulheres negras foi reinterpretada conformando novos mecanismos de barragem social. Isso porque se na sociedade escravista elas serviam como trabalhadoras produtivas, objetos de uso sexual e reprodutoras de novos trabalhadores escravizados, no pós-abolição a exploração sexual e a prole miscigenada foram apresentadas como provas da democracia racial brasileira. No entanto, essa é uma parte da história, a outra parte, é a própria resistência, que podemos chamar de audácia, nos termos de Carolina Maria de Jesus². Audácia das mulheres negras que, além de existirem, insistem em perpetuar-se através de seus filhos negros e suas filhas negras. E foi na perspectiva de totalidade interseccional crítica que resenhamos o livro, *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*, entrelaçando com pensamentos africanos e amefricanos.

“Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”³. O primeiro capítulo, *Fábrica de marginais*, remete ao jogo dialético entre consciência e memória que configura uma disputa permanente pela primazia da verdade histórica. Refletimos então, nos termos de Lelia Gonzalez (1984), que a contradição apontada no texto entre as noções de humanidade universalizada branca e o ‘não ser’ negro

está encoberta no “lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber” (p. 226). Uma estratégia do discurso ideológico que subvertemos pelas pedras que jogamos no passado, no recurso à memória considerada como “o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (Gonzalez, 1984, p. 226).

“Consciência exclui o que memória inclui” (Gonzalez, 1984, p. 226). Assim, situamos a banalização dos números e das informações sobre a violência contra as populações negras como um produto do racismo e este tendo origens e efeitos materiais e simbólicos. A compreensão da conexão dialética entre as dimensões objetivas e subjetivas que organizam as relações sociais no Brasil aponta a violência colonial como um elemento da sociabilidade burguesa, e a contínua produção de sofrimento negro como uma estratégia de perenidade da subalternização. Nesse sentido, a ruptura com essa forma social exige a crítica ao pensamento eurocentrado e a incorporação de epistemologias das Encruzilhadas, das favelas, das quebradas e das matas.

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias das caçadas continuarão glorificando o caçador”⁴ (Vieira, 2022, p. 19). O segundo capítulo, *Crimes da paz* resgata a origem da psiquiatria em sua gênese que é tanto moderna quanto colonial e racista. E a perspectiva ‘antimanicolonial’ defendida pela autora, nos faz questionar, se após uma suspensão radical dessas dimensões constitutivas, o que exatamente sobraria dessa especialidade médica? Isso porque nos processos históricos descritos somos apresentadas à “noção de estado permanente de guerra como produtor do trauma colonial e que aciona a máscara manicolonial como resposta” (Passos, 2023, p.24). A medicina como instituição é colonizadora. O saber/poder médico é colonizador. Essas não são afirmações aleatórias, pois têm um público específico a ser permanentemente mantido sob jugo. Para as mulheres negras, por exemplo, isto está posto na imposição do processo de branqueamento colocado em curso pelo estado republicano brasileiro, especialmente o incentivo às relações interracialis com os imigrantes brancos, no intuito de extirpar o mais rápido da sociedade um elemento específico em gênero e cor: homens negros⁵.

O cuidado em saúde mental e a Atenção psicossocial são muito mais do que psiquiatria, assim como o normal e o patológico são invenções/hierarquizações sociais. No entanto, o que aprendemos nesse campo ainda se restringe ao que está nos seus compêndios, que ocultam, estigmatizam e medicalizam a multiplicidade das formas de existir no mundo. Até quando a negação da diversidade e a manutenção da ordem social vigente continuarão sendo a fundamentação da atenção à saúde mental, especialmente das populações negras?

“Mesmo se um olho estiver quebrado ou cego, ainda há sonhos nele” (Vieira, 2022, p. 116). O terceiro capítulo, *Mães de bandidos*, é uma leitura que promove a escuta, o que entendemos como um primeiro momento da clínica da delicadeza, “noção construída a partir de diferentes experiências práticas desenvolvidas em territórios de favela” (Passos, 2023, p. 25). As vozes das mulheres negras com filhos assassinados pelo Estado ressoam nos relatos em que expõem a indignação com a injustiça, as dores físicas e emocionais causadas pelo sofrimento da perda e questionam a irracionalidade da violência letal perpetrada contra seus filhos, justificada pela ‘guerra às drogas’. É importante lembrar da tautologia do termo, porque é uma guerra que tem como lema a defesa do bem-estar social e a promessa de que as prisões e as mortes de traficantes, supostamente, garantirão ao mesmo tempo, a paz e a saúde pública. As pessoas negras, especificamente os jovens negros, têm sido então massivamente lançadas no sistema prisional, encarceradas ou mortas para o ‘bem da coletividade’.

Construiu-se um amálgama entre o debate científico sobre as implicações do uso de drogas e a ilicitude, ou seja, o entrelaçamento dos discursos da saúde e da segurança pública tornando a ‘guerra às drogas’ uma explicação em si mesma (Silva e Marques Jr., 2020). Por outro lado, faz emergir uma imagem de controle poderosa que arranca das mulheres negras o direito de expor publicamente a sua dor. Mãe de bandido tem que sofrer calada. Esse é um rebaixamento do caráter político do seu sofrimento materno. Conforme Patrícia Hill Collins (2019), as imagens de controle constituem “imagens

estereotipadas da condição de mulher negra” [e atuam] “como parte de uma ideologia generalizada de dominação”. “Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição de mulher negra” (p. 135). A luta contra essas imagens é um desafio que envolve confrontar a vivência singular do seu sofrimento com a impossibilidade de ser uma ‘mãe como qualquer outra’ e com a imperiosa necessidade de posicionamento político pelo reconhecimento do seu direito ao luto e de reparação por parte do Estado pelo assassinato de seus filhos.

“A vida começa onde o medo termina”⁶ (Vieira, 2022, p. 60). No capítulo quatro, *A favela não é abatedouro*, percebemos que a composição majoritariamente negra dos territórios que são literalmente o alvo das ações violentas da segurança pública barra para as/os moradoras/es os direitos civis previstos na Constituição Federal. O pé na porta, a violação das casas e dos corpos não foram coibidos nesses 35 anos de constituição cidadã. E nessa conta precisamos incluir os 135 de abolição inconclusa. Nessa direção, o debate sobre os direitos humanos se impõe como um debate para além da racialização, mas do necessário enegrecimento acerca das origens das violações de direitos no Brasil e suas resistências. Isso porque o fim da escravidão legalizada formalizou uma condição abstrata de cidadania que impôs para as populações negras o lugar de pauperismo materializado nas precárias condições de vida.

[...] Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do ‘lugar natural’ de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão (Gonzalez, 1988, p. 232)

Daí a recriação como uma característica amefricana importante de [re]existência, que sintetiza e transcende as vivências ancestrais africanas e originárias no contato com a brutalidade do colonialismo e da colonialidade que o sucedeu.

A amefricanidade ladina é a própria manifestação da humanidade expressa nas revoltas, na elaboração de estratégias de re-existência, nas tecnologias de organização social dos quilombos, cimarrones, cumbes, rochelas, palenques, marronages e maroons societies, denominações das resistências negras em diferentes países. Movimentos e formações sociais que são o fundamento histórico e a potência dinâmica das lutas antirracistas contemporâneas no interior da racionalidade capitalista (Silva, 2022, p. 13).

“Quem dança não é aquele que levanta poeira. Quem dança é aquele que inventa seu próprio chão”⁷ (Vieira, 2022, p. 16). O quinto capítulo parte da indagação: *Somos todos órfãos?* Uma pergunta que inferimos ter a síntese das múltiplas determinações da realidade como eixo central para a resposta. Contudo, esse eixo para o bem de sua precisão teórico-metodológica, demanda como premissa histórica a amefricanidade, uma categoria que contém historicidade. Porque é uma construção das pessoas africanas trazidas pelo tráfico negreiro e daquelas/es que já estavam aqui antes dos colonizadores, mas que ao mesmo tempo é histórica porque as experiências comuns nos obrigam, na atualidade, a resistir contra um sistema de dominação que tem o racismo e o imperialismo como fundamentos para a perpetuação da alienação e expropriação (Silva, 2022, p.14).

“Viver é ajudarmos uns aos outros a viver”⁸ (Vieira, 2022, p. 66). A resignificação de mundos destruídos ‘lá e cá’, tem ocorrido por meio das resistências e criatividade nas lutas contra a escravidão, contra o extermínio, a exploração e a desumanização. Na perspectiva de construção da práxis negra de resistência e enfrentamento, a apreensão de conhecimento não é acúmulo individual de conteúdo, mas aglutinação coletiva de forças, porque, se a exploração e a opressão são permanentes, o aquilombamento também precisa ser! Vamos acordar e ouvir o chamado de Cangoma!

Notas

¹ Provérbio da língua wolof de origem nígero-congolesa, falada principalmente no Senegal. No Brasil, palavras como banana e inhame derivam do wolof (Vieira, p. 84, 2022).

² “Falavam que eu tenho sorte. Eu disse-lhes que eu tenho audácia.” Carolina Maria de Jesus

³ Oriki Yorubá.

⁴ Provérbio nigeriano.

⁵ É exemplar, *A redenção de Cam* (1895), pintura a óleo sobre tela do espanhol Modesto Brocos (1852 -1936), que representa as teorias raciais do fim do século XIX e o projeto de embranquecimento gradual das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação. O quadro ilustrou o ensaio “Sobre os Mestiços no Brasil” apresentado pelo médico e diretor do Museu Nacional, João Batista Lacerda, no Congresso Universal de Raças em Londres em 1911, defendendo que no Brasil a mestiçagem possibilitaria o branqueamento em três gerações, em sua projeção, até 2012 a população brasileira seria quase toda branca.

⁶ Provérbio em Xichangana, língua de origem bantu falada em Moçambique, África do Sul e Zimbábue (Vieira, 2022, p. 60).

⁷ Provérbio moçambicano.

⁸ Provérbio macua.

Referências

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6409966/mod_resource/content/2/2.%20Lelia%20Gonzalez_A%20categoria%20pol%C3%ADtico-cultural%20de%20amefricanidade.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

COLLINS, Patrícia H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVA, Ana P. P.; MARQUES Jr., Joílson S. Racismo estrutural e o paradigma antinegro: o proibicionismo e a guerra às drogas como os novos grilhões dos negros brasileiros. In: GOMES, Tathiana M. S.; PASSOS, Rachel G.; DUARTE, Marco J. O. (org.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do serviço social*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 185-202.

SILVA, Ana P. P. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. *Revista Fim do Mundo*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 42-59, 2022. <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p42-59>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11677>. Acesso em: 7 nov. 2023.

VIEIRA, José A. *Provérbios em preto e bantu*. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2022.